Em 14/05/2020, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14224, AINF nº 042015510003399-4, contribuinte S G CHAVES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA, Insc. Estadual nº. 15178777-8

Em 14/05/2020, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 17762, AINF nº 352017510003226-9, contribuinte CLARO S.A., Insc. Estadual nº. 15268696-7, advogado: THIAGO AUGUSTO OLIVEIRA DE MESQUITA, OAB/PA-14106

Em 14/05/2020, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14530, AINF nº 372014510002364-8, contribuinte MARCIA CRISTINA ZAHLUTH CENTENO, Insc. Estadual nº. 15231029-0, advogado: PAULA ANDRÉA MESSEDER ZAHLUTH, OAB/PA-18950

ACÓRDÃOS

SEGUNDA CÂMARA

(*) ACÓRDÃO N.7240- 2ª. CPJ. RECURSO N. 14662 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 032013510000443-0). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. CRÉDITO INDEVIDO. PROCEDÊNCIA. 1. Utilizar crédito indevido ou inexistente não identificado sujeita o contribuinte às penalidades da lei, independentemente do imposto devido. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 12/03/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 12/03/2020.

Replicado por ter saído com incorreção.

ACÓRDÃO N. 7262 - 2ª CPJ. RECURSO N. 17736 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 07201751000013-7). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO NA ENTRADA. NÃO RECOLHIMENTO. PROCEDÊNCIA. 1. Contribuinte que deixar de recolher ICMS antecipado quando obrigado, relativo a operação de entrada interestadual de mercadoria para fins de comercialização, constitui infração à legislação tributária estadual e sujeita-se às penalidades estabelecidas em lei. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 09/04/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 16/04/2020.

ACÓRDÃO N. 7261 - 2ª CPJ. RECURSO N. 14716 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 022013510000174-8). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: ITCD. ANTECIPAÇÃO NA ENTRADA. IMPROCEDÊNCIA. 1. Correta a decisão de Primeira Instância que após diligência excluiu do crédito tributário valores comprovadamente indevidos. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 09/04/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 09/04/2020.

ACÓRDÃO N. 7260 - 2ª CPJ. RECURSO N. 16104 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 012015510001148-5). CONSELHEIRO RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: ITCD. CAUSA MORTIS. IMPROCEDÊNCIA. PAGAMENTO. 1. Correta a decisão singular que decidiu pela improcedência do AINF, em virtude da comprovação de recolhimento do ITCD sobre o quinhão recebido pelo sujeito passivo por transmissão causa mortis. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 09/04/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 09/04/2020.

ACÓRDÃO N. 7259 - 2ª CPJ. RECURSO N. 14152 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 072015510002614-0). CONSELHEIRO RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: ICMS. INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS INCORRETAS. 1. A responsabilidade pelo cometimento de infração tributária, salvo disposição de lei em contrário, possui caráter objetivo, ou seja, não se analisa a intenção do agente e, estando caracterizada a infração, deve ser mantida a penalidade aplicada pela autoridade fiscalizadora, nos termos do art. 136 do Código Tributário Nacional. 2. Fornecer incorretamente informações econômico-fiscais exigidas pela legislação tributária vigente, deixando de retificá-las após o último dia do mês da data prevista para entrega da declaração, constitui infração à legislação e sujeita o contribuinte às cominações legais. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 09/04/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 09/04/2020.

ACÓRDÃO N. 7258 - 2ª CPJ. RECURSO N. 17946 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 072014510000149-2). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ICMS. IMPROCEDÊNCIA. 1. Deve ser confirmada a decisão singular que decide pela improcedência do AINF quando, observado a prova dos autos, reconhece os pagamentos dos créditos tributários realizados em momento oportuno. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 09/04/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 09/04/2020.

ACÓRDÃO N. 7257 - 2ª CPJ. RECURSO N. 14204 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 012015510006680-8). CONSELHEIRA RELATORA: LUZIA DO SOCORRO NOGUEIRA BARROS. EMENTA: ITCD. FALTA DE RECOLHIMENTO. RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO. 1. Não será conhecido o Recurso quando lhe faltar pedido ou demonstração de causa fática que o justifique (art. 40, III, do Decreto nº 3.578/99). 2. Deixar de recolher o imposto sobre a transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos - ITCD, no prazo fixado pela legislação, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 3. Recurso não conhecido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 09/04/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 09/04/2020.

ACÓRDÃO N. 7256 - 2ª CPJ. RECURSO N. 14202 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 012015510006680-8). CONSELHEIRA RELATORA: LUZIA DO SOCORRO NOGUEIRA BARROS. EMENTA: ITCD. CAUSA MORTIS. RECOLHIMENTO CONFIRMADO. 1. Correta a decisão singular que excluiu do AINF a parcela cujo recolhimento do imposto foi devidamente comprovado. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 09/04/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 09/04/2020.

ACÓRDÃO N. 7255 - 2ª CPJ. RECURSO N. 17362 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 012015510005955-0). CONSELHEIRO RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: ITCD. CAUSA MORTIS. IMPROCEDÊNCIA. PAGAMENTO. 1. Correta a decisão singular que decidiu pela improcedência do AINF, em virtude da comprovação de recolhimento do ITCD sobre o quinhão recebido pelo sujeito passivo por transmissão causa mortis. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/03/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 24/03/2020.

ACÓRDÃO N. 7254 - 2ª CPJ. RECURSO N. 12828 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 092014510002534-8). CONSELHEIRO RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: IPVA. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO. 1. O contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo, considerando-se nessa condição a pessoa natural ou jurídica em cujo nome se encontrar registrado o respectivo bem no órgão público responsável pelo controle e registro de veículos. 2. Para efeito de transferência da responsabilidade tributária pelo pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, faz-se necessário que o alienante formalize a transferência de propriedade, junto ao órgão competente, por meio de documento próprio. 3. Deixar de recolher o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/03/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 24/03/2020.

ACÓRDÃO N. 7253 - 2ª CPJ. RECURSO N. 15854 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 192017510012764-1). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS NAZARENO CARDOSO DOS REIS. EMENTA: IPVA. 1. Inválido é o assentamento de furto de veículo, no Sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAL, nos termos do § 4º do artigo 6º da Lei n. 6.107/96, quando realizado após a efetivação do lançamento de ofício, entendimento do artigo 147 do CTN. 2. Não há que se falar em decadência quando o lançamento de ofício foi formalizado dentro do prazo quinquenal previsto no art. 173, inciso I, do Código Tributário Nacional - CTN. 3. Deixar de recolher o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - sujeita o contribuinte às cominações legais, independente do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/03/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 24/03/2020.

ACÓRDÃO N. 7252 - 2ª CPJ. RECURSO N. 16698 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO N. 042015730009010-6). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS NAZARENO CARDOSO DOS REIS. EMENTA: SIMPLES NACIONAL. EXCLUSÃO. DESPESAS SUPERAM EM 20% O VALOR DAS RECEITAS. 1. Preliminar vencida, inexistente cerceamento de defesa, quando nos autos há provas de que houve ampla oportunidade concedida pelo Fisco para o sujeito passivo exercer o contraditório. 2. Deve ser mantida a exclusão do contribuinte, optante pelo regime tributário do Simples Nacional, quando constatado que durante o ano-calendário o valor das despesas pagas supera em 20% (vinte por cento) o valor de ingressos de recursos no mesmo período, excluído o ano de início de atividade, nos termos do art. 29, inciso IX, da Lei Complementar n. 123/06. DECISÃO: VOTO DE QUALIDADE. VOTOS CONTRÁRIOS: Conselheiros Vitor de Lima Fonseca e Nilson Monteiro de Azevedo, pelo improvido, com efeitos da exclusão a partir de Janeiro/2015. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/03/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 24/03/2020.

ACÓRDÃO N. 7251 - 2ª CPJ. RECURSO N. 16640 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO N. 012018730004014-2). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS NAZARENO CARDOSO DOS REIS. EMENTA: SIMPLES NACIONAL. ATO DE INDEFERIMENTO DE INGRESSO NO REGIME SIMPLES NACIONAL. CONTRIBUINTE INADIMPLENTE. 1. A existência de débitos para com a Fazenda Pública, não regularizada dentro do prazo limite para opção ao SIMPLES NACIONAL, implica vedação ao ingresso desses contribuintes no referido regime. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/03/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 24/03/2020.

ACÓRDÃO N. 7250 - 2ª CPJ. RECURSO N. 17492 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 012015510006203-9). CONSELHEIRO RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. CONSELHEIRO DESIGNADO: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ITCD. DOAÇÃO. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO. 1. Uma vez estabelecida a validade do Convênio de cooperação técnica SN de 1998, os dados transmitidos pela SRFB são suficientes para comprovar a doação realizada sem o competente recolhimento do imposto. 2. Uma vez que não há comprovação de origem nem o recolhimento do imposto quanto à parte do valor declarado na rubrica doações e heranças, há que se considerar a ocorrência do fato gerador do imposto de doação, inteligência do artigo 2º da lei n. 5.529/89. 3. Deixar de recolher o imposto sobre a transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos - ITCD, no prazo fixado pela legislação, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista, independente do